

# RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

30 de novembro de 2021



Para quem quer disputar a presidência com candidato próprio o PSDB começou mal a caminhada, com a interrupção de suas prévias por problemas no aplicativo que estava sendo utilizado para a votação. O resultado, apresentado uma semana depois, definiu o governador de São Paulo, João Dória, como o candidato do partido.

Falando nesse tema, Bolsonaro se [filiou nesta terça-feira](#) (30) ao PL, que é o nono partido da carreira política do presidente. Em três décadas, ele já passou por PDC, PPR, PPB, PTB, PFL, PP, PSC e PSL.

O governo Bolsonaro, por sua vez, como parte do desmonte da educação no país - vide cortes orçamentários, tentativas de intervenção e de boicote a diferentes pautas - segue firme no processo de militarização da educação. [Portaria nº 925, de 24 de novembro de 2021](#), regulamenta a execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares em 2022, visando à implantação de cerca de uma centena de novas Escolas Cívico-Militares, nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), [oficiou nota técnica](#) para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF), Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal e Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), apontando que há graves ataques aos movimentos e organizações populares no [Decreto 10.815/2021](#), que **alterou o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH)**.

Ainda nesse campo, [Decreto nº 10.860, de 19 de novembro de 2021](#), delega ao Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos as competências referentes ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Foi [sancionada a Lei Mariana Ferrer \(Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021\)](#), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher) realiza nesta terça-feira (30/11), audiência para debater o **PL 478/2007** (Estatuto do Nascituro). **Requerimento 72/2021**, de autoria do relator da matéria, deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT), incluiu entre os convidados o médico e presidente de associação espírita Marcio Monteiro, que considera que “o aborto é o pior crime praticado pela Humanidade”. Recentemente, a deputada Chris Tonietto (PSL/RJ) realizou um seminário sobre o tema, trazendo argumentos favoráveis à proposta, que inviabiliza a realização do aborto no país.

*Queremos equilíbrio nesse debate e que sejam apresentados os argumentos contra a proposta, defendidos pelas organizações de mulheres e feministas e por especialistas de diferentes áreas, defendendo a autonomia das mulheres sobre seus corpos e a justiça reprodutiva. O Radar Feminista de 9 de novembro detalhou o PL 478/2007 e seus apensados.*

2 A semana foi marcada pela passagem do **Dia 25 de novembro**. Há 40 anos, no primeiro Encontro Feminista da América Latina e Caribe (Colômbia, 1981), as dominicanas propuseram criar o #25deNovembro como dia Latino-Americano e Caribenho de luta contra a violência contra as mulheres, em homenagem às **irmãs Mirabal, torturadas e assassinadas pela ditadura**. Em 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o 25 de novembro como Dia Internacional da não Violência contra a Mulher, reafirmando a decisão do EFLAC.

No próximo dia 4 de dezembro, as mulheres estão convocando manifestações em todo o país com o grito de **#ElesNão** **#BolsonaroNuncaMais**, para denunciar o desmonte das políticas para as mulheres, o acirramento das desigualdades e o crescimento da violência.

**Em tempo:** a próxima “Cesta de Direitos”, do **Observatório de Direitos Humanos – Crise e Covid 19**, será no dia 2 de dezembro às 19h, e terá como tema as iniciativas de solidariedade e cuidado desenvolvidas pela sociedade civil ao longo da pandemia, com o lançamento do estudo **Elas que Lutam – mulheres e a sustentação de vida na pandemia**.

## Resultados da semana

22 a 26 de novembro

O Plenário do Congresso Nacional realizou **Sessão Solene** destinada à promoção do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

### CÂMARA

O **Plenário da Câmara** aprovou o **parecer**, na forma do Substitutivo, ao **PL 301/2021**, de autoria da deputada Celina Leão (MDB/DF) e outros, que amplia a pena dos crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria) e ameaça cometidos no contexto de violência doméstica e familiar contra mulher. A matéria vai ao Senado.

Aprovou também o **parecer** pela aprovação da **MPV 1061/2021**, na forma da Subemenda Substitutiva Global, que Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; e o destaque da emenda de comissão nº 242, apresentado pelo PSDB, que acrescenta dispositivo que institui o CadÚnico e define a obrigatoriedade da inscrição no cadastro para acesso a programas sociais do Governo Federal. A matéria vai ao Senado.

A **Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD)** realizou **Audiência Pública** sobre o tema: A violência contra mulheres com deficiência.

A **Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)** aprovou o parecer pela aprovação do **PL 854/2021**, de autoria da deputada Rosângela Gomes (Republic/RJ), que institui o Programa Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e a Pessoa Idosa na Primeira Infância. A matéria agora será debatida na CMULHER.

A **Comissão de Legislação Participativa (CLP)** realizou **Audiência Pública** sobre o tema: Aposentadoria por Cuidados Maternos.

A **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)** realizou **Audiência Pública** para debater o PL 4924/2016 (vacina contra o HPV)

A **Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)** realizou **Audiência Pública** sobre o tema: Ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) aprovou os requerimentos para a realização de audiências públicas: **REQ 70/2021** (Carmen Zanotto - / ) para discutir a implantação e a harmonização das Leis que tratam sobre a violência política contra mulheres, bem como tomar conhecimento das propostas discutidas na reunião do Conselho Nacional do Ministério Público sobre o tema; **REQ 71/2021** (Tereza Nelma - ), para discutir ações do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONPM), no âmbito da Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, promovida pela Secretaria da Mulher; **REQ 72/2021** (Emanuel Pinheiro Neto – PTB/MT), para a inclusão de participação na Audiência Pública aprovada pelo **requerimento 47/2021**, para debater o PL 478/2007, que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro.

A **CMulher** aprovou também o **parecer** pela aprovação, com substitutivo, do **PL 5267/2020** (Flávio Nogueira), que cria o Programa de Igualdade de Gênero no Desporto e a Unidade Executora de Políticas de Gênero no Desporto. A proposta vai à CESPO.

## **SENADO**

A **Comissão de Direitos Humanos (CDH)** aprovou dois Requerimentos da senadora Leila Barros (Cidadania/DF) para a realização de audiências públicas: **REQ 29/2021**, sobre boas práticas no combate à violência contra a mulher e **REQ 30/2021**, para apresentar e debater os dados sobre a violência contra a mulher durante a pandemia.

Aprovado também o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao **PL 98/2018**, na forma da emenda nº 1-CDH (Substitutivo). A proposta dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.

## Em pauta na semana

29 de novembro a 3 de dezembro

A pauta da semana em todo o Congresso pode ser conferida [aqui](#).

## Propostas que tiveram andamento

O relator do **PL 4297/2020**, deputado Marcelo Freixo (PSB/RJ) apresentou parecer favorável ao projeto, que *dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual.*

5 O projeto foi apresentado pela deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) e outras três deputadas do PSOL, como reação à situação que ocorreu em um hospital público de Recife/PE, em que grupos fundamentalistas tentaram impedir que o estabelecimento realizasse o procedimento de aborto em uma garota de 10 anos que engravidou após ser estuprada por um tio durante anos em sua própria residência.

O **parecer favorável** afirma que *“a difícil decisão da mulher de interromper a gravidez não deve se tornar ainda mais penosa pela manifestação contrária de pessoas que nada tem a ver com a interrupção em caso de risco de vida da gestante ou em casos de gravidez resultado do hediondo crime de estupro. O corpo é da mulher e a ela cabe a sua decisão”. E que “a liberdade de manifestação não é um salvo conduto para que terceiros impeçam, constringam, ofendam ou, até mesmo, agridam com violência física ou emocional, as mulheres que decidiram abortar. Na ponderação desses direitos, deve prevalecer a proteção à integridade física e emocional da mulher, nos termos do projeto em apreço”.*

Dois outros relatores tinham devolvido a proposta sem manifestação, deputado Mauro Lopes (MDB/MG) e a deputada Policial Katia Sastre (PL/SP). Após o parecer ser apreciado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), o projeto será discutido nas CMulher e CCJC, com apreciação conclusiva nas Comissões, ou seja, a proposta não necessita ser discutida em Plenário.

## Novas propostas apresentadas

### E lá vem mais uma para penalizar ainda mais o aborto

**PL 4148/2021**, de autoria do deputado Alex Manente (CIDADANIA/SP), altera o Código Penal para incluir como condição qualificadora o aborto provocado por cônjuge ou companheiro.

### Mais uma proposta de “Semana” e de “Programa”

**PL 4170/2021**, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), cria a Semana Nacional Maria da Penha, para a conscientização sobre o combate à violência contra a mulher; e **PL 4171/2021**, de autoria da deputada Tereza Nelma (PSDB/AL), dispõe sobre o Programa de Nacional de Navegação de Paciente para pessoas com neoplasia maligna de mama.

### Cuidados sendo reconhecidos como trabalho

**PL 4108/2021**, de autoria da deputada Gleisi Hoffmann (PT/PR) e mais 5, dispõe sobre o reconhecimento como trabalho o tempo destinado aos cuidados maternos e familiares.

**Coleta de dados referentes à prática de violência contra a população homoafetiva** é sobre o que dispõe o **PL 4157/2021**, de autoria do senador Paulo Rocha (PT/PA).



## Vale a pena conferir!

**Seminário Virtual DESCORTINANDO A CORTE** – O papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos: o caso Márcia Barbosa

**Coletânea:** Violência contra as mulheres nas universidades

**Portal Catarinas:** Levante Feminista Contra o Femicídio cobra ações do Estado frente à cultura da violência

**Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas - Napp Mulher/Fundação Perseu Abramo:** Lourdes Bandeira Presente nos 21 Dias de Ativismo pelo fim da violência de gênero contra as mulheres

7



Radarelaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.